

# Cultura em tempos de pandemia

» ARNALDO NISKIER

Membro da Academia Brasileira de Letras, presidente do Ciec/Rio e professor de história e filosofia da educação

Sobra razão à estimada Vera Tostes, presidente do Conselho Cultural da Associação Comercial do Rio de Janeiro, quando afirma que “será imperador quem dominar os meios de comunicação virtual”. De fato, caminhamos para uma grande renovação no que entendemos como cultura, com todos os seus naturais desdobramentos. Se eu fosse repetir os dois mandatos que tive, como secretário de Estado de Cultura, no período de 1979 a 1983 e depois no de 2004-2005, certamente seria obrigado a uma enorme revisão. As verdades são outras, muito mais contundentes.

Mas partiria de uma base incontestável: o Teatro Municipal do Rio de Janeiro é a maior casa de cultura do país. E não se pode deixar de colocar a Sala Cecília Meireles num lugar de honra, não só pela sua acústica perfeita, mas pelos méritos da sua programação.

Por que a primazia do Municipal? Sem ir muito longe, posso afirmar que talvez a causa principal seja o apoio recebido, durante todo o mandato, por parte do governador Chagas Freitas. Não houve demanda que ele deixasse de atender. E eram coisas, às vezes, complicadas, como aquele tenor italiano ou alemão que exigia o pagamento adiantado do seu cachê artístico (“caso contrário, não entro em cena”). Era inevitável o apelo ao governador e este contava com um aliado precioso: Israel Klabin, meu querido amigo, que na época tinha uma forte influência no Banerj. O dinheiro saía sempre em menos de 24 h.

Assim, foram montadas 23 óperas em quatro anos de mandato. Quem poderá esquecer a extraordinária *Tristão e Isolda*, com John Vickers? *A Central Técnica de Inhaúma*, genial criação do meu ex-chefe Adolpho Bloch, funcionava às mil maravilhas, produzindo cenários que arranca-

vam a admiração dos artistas estrangeiros tratados. Talvez em nenhum outro lugar do mundo haja uma “fábrica de sonhos”, depois desmontada, com tamanha competência.

Como secretário de Estado de Educação e Cultura podia socorrer, sempre que necessário, esta última vertente, em geral carente de recursos. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a Escola de Teatro Martins Pena, ameaçada de fechar. Chamei o seu diretor, por mim nomeado, que era ninguém menos do que o famoso ator José Wilker, e o socorri com a liberação

de inesperados 30 milhões de reais (na época era muito dinheiro) e ele pode pagar os salários atrasados e realizar obras essenciais e inadiáveis. Isso prova que sempre foi vantajoso unir educação e cultura, com benefícios evidentes para esta última. Quem diz o contrário não sabe o que está dizendo...

Valorizei o Instituto Villa-Lobos, entregue à competência do maestro José Braga. Criei uma sala de ensaios no Teatro Villa-Lobos. A generosidade de Dalal Ashcar, que coloquei para dirigir o balé do Teatro Municipal, com grandes e retumbantes êxitos, a partir da inesquecível “Copélia”, repito a generosidade de Dalal colocou o meu nome na Sala, infelizmente devorada por um incêndio desastroso — e do qual não nos recuperamos até hoje. O Villa-Lobos há anos está inativo.

Mais um fato que vale ser lembrado foi a decisão de evitar fitas nas apresentações do balé do Teatro Municipal. “Daqui para frente, decidi, monocraticamente, o balé só vai se apresentar com a Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal. Os músicos são pagos para isso.” Não houve grande resistência. A vitória foi do público que frequenta a nossa principal casa de espetáculos.

Quando vejo, hoje, que nada disso está funcionando adequadamente dá vontade de chorar. A cultura é um bem que deve ser tratado com a prioridade devida. E os recursos adequados. Não vou insistir nas lembranças. Haveria muito o que comentar, como a criação da Orquestra Jovem do Teatro Municipal e a extensa programação infantil. Antes, quero exaltar a qualidade da minha equipe. Era mesmo de primeira.



## Um novo tempo para os pequenos negócios

» ERCÍLIO SANTINONI

Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (Conampe)

Nos primeiros meses da pandemia da covid-19, nada menos do que 31% das 5,3 milhões de pequenas empresas no Brasil mudaram seu funcionamento e 58,9% interromperam as atividades temporariamente, de acordo com pesquisa do Sebrae. Ao mesmo tempo, a crise fez com que a população brasileira ficasse R\$ 270 bilhões mais pobre. Em outras palavras, com menos poder aquisitivo. Com muito esforço, criatividade e o início das linhas de crédito, em outubro as micro e pequenas empresas geraram um saldo líquido de 271 mil postos de trabalho, equivalente a 68,6% do total criado no país.

Nesse cenário preocupante, mas também de recuperação, a Conampe acaba de realizar sua XVII Convenção Nacional das Micro e Pequenas Empresas, com o lema *Um novo tempo para os pequenos negócios*. Pela primeira vez, o evento foi realizado de forma exclusivamente virtual, de 1º a 3 de dezembro, com audiência superior a 2 mil participantes, um recorde em nossa trajetória de 35 anos. Uma história, aliás, que nasceu na adversidade, justamente para transformar a realidade com muito trabalho, espírito solidário e profunda crença na superação, valores que movem cada empreendedor que abre seu negócio.

Na área do crédito, duas medidas foram fundamentais. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

(Pronampe) segue para sua terceira etapa. O Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac Maquininhas) agora ganhou o reforço da parceria entre a Conampe e a fintech BMP Money Plus, para chegar a um maior número de empreendedores.

Contudo, como a recuperação do segmento vai além de um esperado controle da pandemia e a estimativa sobre nossa necessidade de crédito chega a R\$ 200 bilhões, a Conampe defende que tanto o Pronampe quanto o Peac Maquininhas sejam transformados em políticas públicas permanentes. Assim, contribuirão ainda mais efetivamente para fortalecer e reconhecer o valor daqueles que representam 99% das empresas do país, que geram 54% dos empregos formais e respondem por 30% do valor adicionado ao PIB.

A convenção fez ainda a defesa incondicional dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, que garantem o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para os pequenos negócios, um tema fundamental diante do debate sobre a questão tributária em andamento no Congresso Nacional e no governo federal. O Simples Nacional, por exemplo, é uma conquista que não pode ter um milímetro sequer de retrocesso, sob pena de aumento da informalidade. Ao contrário do que alguns tentam argumentar, não se trata de renúncia fiscal. Levantamentos mostram que as empresas enquadradas no Simples pagam

proporcionalmente até mais que aquelas do lucro real e, praticamente, a mesma coisa das que utilizam o lucro presumido. O que precisamos é mais simplificação, desburocratização e justiça tributária, para criarmos mais emprego e alcançarmos crescimento econômico.

Da mesma forma, será inaceitável qualquer aumento de impostos ou outras medidas que levem ao aumento de preços de produtos aos pequenos empreendedores, pois isso acarretaria mais custos e, conseqüentemente, maior dificuldade financeira para as empresas. O foco precisa ser mais incentivo concreto ao empreendedorismo e menos fome arrecadatória do Estado.

Saímos da convenção com a certeza de que, na mesma proporção dos problemas, imensas oportunidades também se abrem. Não teremos um novo normal, mas sim um novo mundo. Desafio posto, desafio aceito. A Conampe trabalhará para dar todo o suporte para os empreendedores se reinventarem e se adaptarem ao mercado que surge com exigência de novidades. Nosso projeto Associativismo 4.0 dá especial atenção às demandas dos consumidores, às formas de consumo, assim como à inovação, tecnologia e vendas on-line. O apoio aos pequenos negócios, além de estratégico para a retomada do crescimento econômico, significa renovar a esperança em um futuro melhor para todos.

## É mentira, Terta?

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO

Consultor em estratégia

Mês passado tivemos eleições municipais em que foram eleitos 5.567 prefeitos e 58.185 vereadores (o pleito em Macapá foi realizado ontem). Foram 49 dias de uma campanha eleitoral atípica, com poucas atividades presenciais de vulto em razão da pandemia. Somente uma coisa não mudou: a profusão de promessas para resolver os problemas da população sem deixar claro como tornar isso possível.

A maioria das candidaturas acabou por me lembrar Pantaleão, um dos centenas de personagens do genial Chico Any-sio. Inspirado no protagonista do livro de Graciliano Ramos, *Alexandre e Outros Heróis*, Pantaleão é um caçador aposentado que vive na companhia de sua esposa Tertuliana, carinhosamente chamada de Terta. Sempre sentado em sua cadeira de balanço, passa o tempo contando “causos” inverossímeis e, ao final, diante da incredulidade do interlocutor, solicita a convivência de sua esposa, perguntando “É mentira, Terta?” para ser contemplado com a resposta “Verdade”.

Essa analogia ajuda a explicar o ceticismo da maioria do eleitorado. Um exemplo foi o crescimento da abstenção. Comparando-se os dados deste ano com 2016, viu-se que no primeiro turno saímos de 17,5% para 23,1% e no 2º turno de 21% para 29,5%. Em alguns grandes centros esse número foi maior que a quantidade de votos do vitorioso. Outro exemplo é que parcela significativa do eleitorado votou em candidatos investigados por corrupção, confirmando uma pesquisa que citei em meu artigo de 30 de outubro.

Na mesma linha de raciocínio, pesquisa do Ibope na semana das eleições deste ano apontava o alto percentual de pessoas que ainda não decidira em quem votar para vereador, sendo 60% na cidade do Rio de Janeiro e 69% em São Paulo. Já um levantamento do Instituto Locomotiva em parceria com o RenovaBR indicava que 80% dos eleitores não se lembravam em quem tinham votado para vereador em 2016. E para completar, pesquisa do Data Poder realizada entre 23 e 25 de novembro apurou que 12% dos entrevistados não se lembravam em quem haviam votado para prefeito em 2020, apenas 10 dias após o pleito!

Esses dados são entendíveis, mas nada alentadores. Afinal, a partir de 1º de janeiro de 2021 a realidade chegará batendo com toda força às portas dos gabinetes dos eleitos. Serão grandes desafios, alguns já conhecidos, de natureza histórica e estrutural, e outros novos trazidos pelo coronavírus.

Como lidar com a queda da arrecadação em consequência da crise econômica que vem sendo experimentada desde 2016 e que se agravou em 2020? A maioria dos municípios brasileiros não consegue gerar receita própria suficiente para cobrir o conjunto de despesas, sendo absolutamente dependentes dos repasses dos governos federal e estaduais. Segundo o Índice Firjan de Gestão Fiscal de 2019, em 1.856 deles o quadro é ainda mais dramático: a receita própria não dá sequer para pagar as despesas de manutenção das respectivas estruturas administrativas! E a tendência é que no próximo ano mais municípios passem a integrar essa lista.

O que fazer frente à crescente demanda por serviços públicos de saúde? Esse já é o resultado decorrente tanto da pandemia quanto do aumento no número de pessoas que se viram obrigadas a abrir mão de seus planos de saúde. Aliás, há décadas essa área tem sido a maior preocupação da população.

Não bastassem os desafios supracitados, ainda será necessário enfrentar o grave quadro na área da educação com a combinação de dois problemas: de um lado, a indispensável recuperação do ano letivo de 2020 e, de outro, o aumento na procura por vagas em creches, pré-escolas e escolas pelas famílias que deixaram o ensino privado em função da perda de renda. Nossos indicadores educacionais são vergonhosos, chegando às raias do absurdo quando assistimos gestores públicos, nos três níveis de governo, comemorarem quando se alcança uma meta de 4,7 no IDEB!

E o que falar do saneamento básico? Temos 47% da população sem acesso à rede de esgoto e 16% sem água tratada! Mais uma vez, nas campanhas eleitorais pelo Brasil pouquíssimos candidatos tocaram no tema, algo lamentável, principalmente porque o novo marco legal do setor abre possibilidades concretas de se resolver essa tragédia nacional.

Enfim, o tempo dirá qual caminho foi adotado nas escolhas feitas pela maioria de nós, eleitores e eleitoras: se valorizamos o voto como instrumento de mudança, elegendo candidatos e candidatas honestos e competentes, ou se mantivemos o comportamento de “não é comigo”, apostando novamente no Pantaleão da vez.